

## VIVÊNCIAS DAS ORGANIZAÇÕES

*DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G.*

## O CONTROLE DOS TRABALHADORES NA CIPLA - INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS

*THE CIPLA, PLASTIC INDUSTRY, UNDER WORKERS' CONTROL*

Neusa Maria DAL RI<sup>1</sup>  
Candido Giraldez VIEITEZ<sup>2</sup>

O imperialismo neoliberal atua como precarizador contumaz do mercado de trabalho e dos direitos sociais e políticos, malefícios aos quais, na atual quadra histórica, se soma o desemprego estrutural. Reagindo a esse contexto, contingentes de trabalhadores no país e na América Latina vêm se **associando** com o propósito de obter o controle sobre unidades de produção. No entanto, o controle de unidades econômicas pelos trabalhadores pode ser tanto uma maneira de tentar salvaguardar postos de trabalho sob ameaça imediata de extinção, quanto o de criar postos de trabalho novos presididos por uma perspectiva social distinta da capitalista.

Em suas manifestações concretas o *trabalho associado* vem se abrigoando sob diversas formas jurídicas: associação civil que é proprietária de uma fábrica; sociedade empresarial limitada; empreendimento estatal-cooperativo; sociedade anônima de legislação adaptada; e cooperativa, a forma mais usual.

Em termos substantivos genéricos, o trabalho associado significa que um coletivo de trabalhadores, por propriedade ou posse, assume o **controle de uma unidade econômica** mediante alguma forma de associação de cooperação legal ou informal, suprime o trabalho assalariado legalmente ou de fato, e assume o duplo *status* de trabalhador e empreendedor coletivo segundo princípios democráticos de associação e auto-administração. Este é o caso da CIPLA que ora examinamos.

---

<sup>1</sup> Professora Livre-docente da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Campus de Marília e líder do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia, Marília, São Paulo, Brasil. neusamdr@terra.com.br

<sup>2</sup> Professor Assistente Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Campus de Marília e vice-líder do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia, Marília, São Paulo, Brasil. Vieitez@cebinet.com.br

A CIPLA – Indústria de Materiais de Construção está situada na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina, Brasil<sup>3</sup>. Instalada em um parque fabril com quarenta e cinco mil metros quadrados, esta fábrica pode gerar cerca de mil postos de trabalho e produz ampla gama de materiais plásticos como conexões, caixas de água, válvulas e complementos, dentre outros. Fundada em 1963, tornou-se uma das indústrias mais tradicionais do ramo, tendo sua marca reconhecida em todo território nacional e também na América Latina.

Na década de 1990, a CIPLA ainda aparecia como uma empresa próspera. Porém, no transcorrer desta década ela passou a sofrer crescentes dificuldades econômico-financeiras. Cerca de dez anos mais tarde, em outubro de 2002, depois de delongado e paroxístico confronto entre patrão e empregados e em meio a aguda crise financeira e operacional da gestão capitalista, os trabalhadores assumiram o **controle** da fábrica.

Em seguida, apresentamos fragmentos do material empírico recolhido na CIPLA em agosto de 2006, com destaque para entrevistas realizadas com trabalhadores e dirigentes<sup>4</sup>. Os excertos transcritos foram selecionados em correspondência com os temas que consideramos estratégicos para uma elucidação preliminar dos acontecimentos nessa empresa.

#### O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES

Como é freqüente que ocorra quando buscamos compreender o processo de crise empresarial que precede o movimento dos trabalhadores pelo controle de um empreendimento, as causas presentes neste caso podem ser descritas como: gestão questionável do empreendimento por seus proprietários gestores, - não destituída de uma dimensão predatória antitrabalhista - conjuminada aos efeitos industriais adversos decorrentes da subsunção dos governos centrais ao imperialismo dos países hegemônicos.

A CIPLA era uma empresa forte. O antigo proprietário, Bautscher, que tinha herdado a firma, veio dos EUA com um modelo de gestão. Ele segmentou a firma em várias unidades. E começou a atacar vários ramos de negócios ao mesmo tempo. Aparentemente, no começo havia dinheiro para isso. Mas como

<sup>3</sup> <http://www.cipla.com.br>

<sup>4</sup> Em agosto de 2006, os pesquisadores estiveram na CIPLA realizando observações e entrevistas com dirigentes e trabalhadores da fábrica.

empresário ele demonstrou problemas. Tentou implantar uma fábrica de tubos de pvc no Paraguai sem considerar que lá ainda se usavam tubos de ferro na construção civil. Pensou em construir uma fábrica de helicópteros no Brasil copiando dos americanos. O helicóptero em que estava com uma autoridade fazendo uma demonstração, caiu sobre um telhado. Quando veio o plano Collor começaram os problemas. Ele deixou de pagar os impostos: INSS, Fazenda, etc. Não tardou começaram os problemas salariais. Falta de pagamento, não recolhimento do FGTS e por aí. A coisa foi se agravando e abriu-se o conflito. (DIRIGENTE 1, 2006).

Na CIPLA não havia tradição de militância operária. O Sindicato local da categoria era passivo ou mesmo conivente com o patronato. Porém, o conflito aberto que se instalou decorreu basicamente da não observância dos direitos dos trabalhadores pela empresa. Os trabalhadores, desesperados por não receberem seus salários e por sofrerem crescentes arbitrariedades, como, por exemplo, demissões por justa causa que cada vez mais colocava em cheque sua já precária segurança de subsistência, mobilizaram-se e foram aprendendo e crescendo na luta. Mas, neste processo apareceu a necessidade de resgate da organização sindical das malhas do imobilismo.

Há uma faceta nos acontecimentos que conduziram à luta dos trabalhadores e, posteriormente, ao controle operário na CIPLA que devemos ressaltar. Em acontecimentos análogos a esse, não tem sido incomum a participação de uns poucos ativistas sindicais que de um modo ou outro apóiam os trabalhadores mobilizados para o controle. Porém, é mais rara a presença de quadros<sup>5</sup> políticos de partidos de trabalhadores nesse tipo de movimento, sobretudo exercendo papel estratégico. Diversamente, porém, isto foi o que ocorreu na CIPLA. Aqui esses militantes se embrenharam na luta juntamente com os trabalhadores, desempenharam importante papel e acabaram integrando-se ao movimento e, posteriormente, ao controle da fábrica.

Em 2000, uma parte do décimo terceiro não é pago. Depois começaram a surgir problemas com salários. Em 2002 a administração resolve não pagar de novo o décimo. Houve uma greve espontânea porque o sindicato não fez nada. Nessa paralisação o patrão mandou embora oitenta operários, demitidos por justa causa. O sindicato não fez nada. O sindicato não deu resposta. O pessoal se recolheu. E aí o Bauscher resolveu

<sup>5</sup> Por comodidade de exposição estamos denominando de quadros os militantes ligados ao movimento operário e popular ou partidos políticos, ideologicamente definidos, politicamente experientes e com preparo intelectual diversificado, mas apreciável.

pisar na cabeça dos trabalhadores. A partir daí não pagou mais as férias. Começou a pagar por semana, um quarto, um quinto. Os direitos foram pro vinagre. Quem era demitido não recebia. Cobrava dos clientes e não mandava o produto. A empresa começou a não pagar ninguém. Chegou uma hora que os trabalhadores não que viam nada no sindicato foram atrás da CUT. Até que chegaram até o vereador Mariano. Eu coordenava o Gabinete. Queremos ir para a porta de fábrica para que a gente receba a rescisão [.....]. Vamos para a porta de fábrica. O Serge entrou. Não era da CUT, mas tinha relações. Viemos para a porta da fábrica e inflamamos os trabalhadores. Fomos envolvendo e levamos para a Câmara Municipal. A Câmara tirou uma Comissão para pressionar para pagar os salários dos trabalhadores [...]. Fomos para a greve [...]. Nesse processo envolvemos o sindicato também. Eu trabalhava na rádio. E consegui pela rádio envolver o sindicato. Tinha um problema de falcatura no sindicato. E meu programa fez um combate ajudando os que estavam lutando contra isso. Aí o sindicato entrou e os trabalhadores começaram a ter mais firmeza. Deliberamos pela greve. Oito dias de greve. Uma repressão forte. Tinha o respaldo na Câmara Municipal. (DIRIGENTE 2, 2006).

A bandeira do controle operário das fábricas, que significa a negação do controle capitalista e supõe autonomia de controle das unidades de trabalho pelos trabalhadores, foi muito importante no movimento operário que culminou na Revolução Russa. Os bolcheviques, com Lênin à frente, defenderam um controle operário limitado das empresas, enquanto que os anarquistas e outras correntes defenderam a autogestão. Subsequentemente à revolução, essa consigna de luta que questionava o poder burguês diretamente no âmago das relações sociais capitalistas, recuou para a penumbra da história. Os sindicatos lutaram predominantemente por melhores condições de trabalho e de vida no quadro da Ordem, enquanto que os partidos revolucionários concentraram-se na atividade política, promovendo o confronto, quando era o caso, em outros terrenos da vida social.

A participação dos quadros políticos no movimento da CIPLA reitera essa constatação empírica e programática. Embora esses militantes estivessem ligados a organizações que se reivindicam revolucionárias, marxistas e socialistas, o controle operário como perspectiva de luta imediata lhes era praticamente estranha, de sorte que foi a dinâmica concreta da movimentação dos trabalhadores por seus direitos, e não qualquer pressuposto teórico ou programático, que os colocou frente a frente com o dilema do controle.

Nunca me passou pela cabeça que acabaríamos com a empresa na mão. Queríamos os direitos. Mas o patrão levou quatro dias para iniciar a negociação. Ele apostou na repressão. Pressão em cima dele. As montadoras pressionavam por peças. Aí começamos a pensar que tínhamos que tomar isto aqui [...]. Quem trouxe essa idéia? Eu lembro que o Serge e Chico Lessa começaram a refletir sobre essa possibilidade. E o Ministério Público Federal, do Trabalho. Não lembro. Surgiu no coletivo. A gente vinha desconfiado. Como vamos assumir isto aqui? O Ministério Público deu uma prensa. Vocês vão ter que sair fora e os trabalhadores têm que assumir aqui. Aí à meia noite os patrões vieram e disseram: não queremos mais. A empresa é de vocês. Aí dissemos. Pera aí, vamos discutir com os trabalhadores. Passamos a noite refletindo. O que é isso? Era muito complicado pra nós. Aí no dia seguinte fizemos a reunião com os trabalhadores e fizemos uma minuta. Depois que falaram para ficarmos eles disseram: vocês ficam com 49% e nós com 51%. Não aceitamos. A reação dos trabalhadores foi positiva. Não teve ninguém contra. Vocês são loucos. Vamos pegar isso porque nós vamos dar conta. Mas surpresos com a proposta porque jamais pensamos nisso. (DIRIGENTE 2, 2006).

Outro aspecto peculiar do Controle instaurado na CIPLA, que praticamente não se encontra nos demais processos de recuperação de fábricas pelos trabalhadores no país, é o modo como se organizou o controle, bem como sua perspectiva de futuro.<sup>6</sup>

#### **A ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE**

No Brasil, a maior parte dos empreendimentos de trabalho associado assume a forma jurídica de cooperativa, o que se observa inclusive numa organização de luta de classes como é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dentre várias, mencionamos três das possíveis determinantes deste fato.

Há uma história do movimento operário ligada ao cooperativismo. A forma de organização cooperativa foi criada pelos trabalhadores no século XIX, embora depois a burguesia tenha *emprestado* essa forma e também criado suas cooperativas. De qualquer modo foi criado um movimento cooperativista internacional que tem influência em todos os países.

---

<sup>6</sup> De fato, um curso muito semelhante de ações e proposições está presente na Flaskô e Intefibras, mas estas fábricas eram do mesmo grupo que a Cipla, e estiveram sujeitas praticamente às mesmas influências.

Um segundo ponto é que, possivelmente em decorrência da *flexibilidade* das normas do cooperativismo, a maior parte dos Estados nacionais, no que se inclui o Brasil, dispõe de uma legislação sobre cooperativas.

Por fim, a legislação cooperativa atende variavelmente bem ao trabalho associado que adota o **cooperativismo** como orientação organizativa, ideológica e programática, mas é também a forma jurídica imediatamente menos desfavorável a outras modalidades de trabalho associado erigidas sobre a propriedade privada, as quais, como o mencionado MST, não adere à linha do cooperativismo<sup>7</sup>.

Uma das características a relevar no controle operário desenvolvido na CIPLA é que este rejeitou completamente a cooperativa ou qualquer outra das formas jurídicas disponíveis baseadas na propriedade privada por considerá-las lesivas aos trabalhadores. Em vez disso, desde o começo do processo de controle, os trabalhadores defenderam que a **estatização** é a única maneira de viabilizar a empresa compatível com os seus interesses.

Há evidências de que a influência dos quadros partidários na defesa intransigente da tese da estatização tenha sido decisiva nessa deliberação. Independentemente de seu acerto para a situação concreta da CIPLA, cabe-nos observar que essa posição decorre de uma tradição ideológica muito freqüente entre diversas correntes comunistas depois de 1917 - que hoje começa a ser reexaminada -, a qual se encontra muito influenciada pela idéia de estatização ou nacionalização generalizada dos meios de produção.

A importância da estatização ou nacionalização para esses quadros revela uma vez mais, sob outro ângulo, a pouca importância que a consigna do controle operário ocupa no seu pensamento político. Com efeito, para os quadros dirigentes da CIPLA, o controle operário, sob qualquer modalidade, não é primordial, ao menos em termos da luta imediata. O momento absolutamente prioritário é a estatização da fábrica e concomitante a preservação dos postos de trabalho.

<sup>7</sup> Por cooperativismo estritamente considerado entendemos aquela corrente programática que está representada na maioria das legislações nacionais. Esta é uma linha normativa que com maior ou menor fidelidade recolhe os preceitos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Os preceitos da ACI são tão flexíveis, ou seja, abstratos, que possibilitam tanto a formação de cooperativas de trabalhadores quanto a de capitalistas. Nos dias atuais, mesmos as cooperativas de trabalhadores que se situam nesse quadro de referência apresentam pouca ou nenhuma propensão para realizarem as lutas de classes que são características do MOP.



Éramos ligados aos lambertistas. Rachamos porque são completamente contra a ocupação de fábricas. Houve racha e não teve como manter. Éramos da escola lambertista e hoje estamos nos aproximando da Corrente Marxista Internacionalista. Nossa proposta é o socialismo, tomada dos meios de produção. A proposta é por meio da tomada do Estado. Na crise os trabalhadores vão ocupar a fábrica. Tomar a fábrica estava no O Trabalho como programa de transição na crise. (DIRIGENTE 2, 2006).

A situação a que se chegou foi responsabilidade dos Bautscher e do Estado. Como é que um empresário fica dez anos sem pagar nenhum imposto e o Estado não faz nada? Falido o empresário, o Estado é, portanto, responsável. Aqui havia mais de mil postos de trabalho. Do nosso ponto de vista o Estado deve assumir. Por que não cooperativa? As cooperativas são um desastre. Veja a Cooperminas que conheço bem. Tinha mais de mil trabalhadores. Eles mandaram embora a metade. E depois emergiu lá dentro uma guerra de camarilhas para ver quem ficava com o espólio. Algumas cooperativas dão certo. Poucas. A maioria fica com problemas insolúveis. E elas passam a explorar os trabalhadores como os patrões. A solução é a estatização. A economia solidária pensa que vai crescer e crescer até chegar à transformação total da economia. Eles imaginam que a burguesia não vai perceber e vai permanecer quieta, assistindo tudo isso. Um absurdo. Estatização [...]. Os trabalhadores serão funcionários do Estado. Nós aqui assumimos isso, estatiza. Vai colocar um funcionário do governo para dirigir? Tudo bem. A nossa prioridade absoluta é garantir o emprego para os trabalhadores. O controle por parte dos trabalhadores é uma segunda fase. O primeiro é lutar para preservar os empregos.

Bom, há uma fase de transição. Nessa fase deve haver a estatização. Se por toda parte irrompe a crise nas empresas, o Estado deverá ir estatizando. A nossa é uma luta política, a luta com todos os trabalhadores. A estatização é um primeiro passo e o controle por parte dos trabalhadores é outra coisa, vem depois (DIRIGENTE 1, 2006).

#### **A DEMOCRACIA OPERÁRIA**

Na CIPLA os trabalhadores obtiveram dos patrões uma procuração para dirigirem a fábrica o que, portanto, não alterou a razão social desta. Por outro lado, a defesa intransigente da estatização congelou as possíveis alternativas apoiadas na propriedade privada. Conseqüentemente, o estatuto legal dos trabalhadores continuou a ser o de assalariados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Sociedade anônima, o contrato social é composto pelos antigos acionistas. Por procuração a gestão foi passada para os trabalhadores. Veio um interventor do Ministério Público e intermediou essa transferência. Sempre há uma dúvida quanto à situação. Quando vem o fiscal do INSS há dúvida, vêm os advogados e o sujeito fica louco. Há dúvidas (TRABALHADOR 1, 2006).

No entanto, em oposição a esse estatuto legal, e no aguardo da postulada estatização, o controle operário criou imediatamente os fundamentos de seu poder na fábrica. Este poder encontra-se sintetizado na assembléia geral de fábrica, composta irrestritamente por todos os trabalhadores. Por uma parte, a assembléia geral é a instância em princípio soberana de poder operário na fábrica e, ao mesmo tempo, é a expressão prática, mais tácita do que formal, da associação para o trabalho que se estabelece entre os trabalhadores, a qual se encontra cimentada na vigência da assembléia.

O exercício do poder operário tampouco pode prescindir de várias outras instâncias mediadoras. Assim, na CIPLA foram criadas outras esferas de gestão, com destaque para as assembléias setoriais e as de turno, por exemplo, a constituição de uma Comissão de Fábrica eleita pela assembléia geral e o Conselho Administrativo da Fábrica.

O poder máximo na fábrica está com a assembléia geral. Lá se decidem as diretrizes fundamentais da empresa. Além disso, a assembléia geral elege por voto direto e aberto uma comissão de fábrica para efeitos de administração da fábrica. Nessa comissão há mais de trinta pessoas, a maior parte constituída por trabalhadores, representando os três turnos. Essa comissão designa um comitê executivo [Conselho Administrativo da Fábrica] (DIRIGENTE 1, 2006).

Foi feita uma assembléia geral para que fosse eleita uma comissão e a partir daí definir as questões administrativas e financeiras. Quem manda necessariamente? Acho que não tem. Tem quem coordena: o Serge, o Castro. Todo mundo participa. Já teve decisões revogadas porque acharam que aquelas medidas não eram adequadas. Por exemplo, uns acharam que era correto demitir. Sendo que depois em reunião da Comissão foi revogada essa decisão (TRABALHADOR 2, 2006).

"A assembléia geral decide. É tudo discutido na assembléia. O orçamento também é discutido. O pessoal pergunta". (TRABALHADOR 3, 2006).

A associação tácita dos trabalhadores, corporificada nas instâncias de poder operário, subverte de fato, embora não de jure, as

disposições capitalistas que são inerentes à CLT. Embora o funcionamento da empresa esteja em última análise determinado pela lei do valor, produção de mercadorias, leis especificamente comerciais, industriais, CLT, e o poder operário não possa ignorar essas determinantes, a vigência deste altera substancialmente esse contexto. Isto se observa imediatamente quanto à lógica das hierarquias existentes, às orientações reguladoras do trabalho na fábrica, aos parâmetros de distribuição do excedente econômico e, em particular, aos critérios de demissão e admissão dos trabalhadores. De qualquer modo, a convivência do assalariamento legal com a associação do trabalho de fato é contraditória.

#### A AÇÃO DOS QUADROS POLÍTICOS

A ascendência de quadros ideológicos nas organizações coletivas de massa é praticamente inevitável. Em nosso país, este fenômeno pode ser constatado, por exemplo, nos sindicatos dos professores das universidades públicas. Esse segmento profissional das universidades tem como uma característica específica um alto nível de educação formal. No entanto, esta característica não o exime, como ocorre em toda a parte, da ascendência exercida por pessoas que por sua atividade e experiência política se destacam no movimento.

O que se encontra em questão, portanto, depois das peripécias do socialismo histórico, não é simplesmente rejeitar essa ascendência, uma vez que a mesma parece ser incontornável, mas determinar o tipo de ascendência que é desejável dado que esta certamente variará segundo as concepções organizativas e programáticas.

Há evidência de que o contingente de militantes que se integrou ao movimento dos trabalhadores da CIPLA concebe sua prática política segundo uma tradição que dominou o proscênio histórico da esquerda depois da Revolução de Outubro<sup>8</sup>. Segundo esta tradição, um partido revolucionário e, portanto, os militantes que o constituem, é uma vanguarda que deve educar, mobilizar, orientar e, finalmente, dirigir a classe trabalhadora. A configuração do *controle* na CIPLA não pode ser atribuída exclusivamente a esses militantes e sua ideologia. No entanto, não há dúvidas que, dadas as circunstâncias específicas em que se desdobrou o movimento dos trabalhadores, a práxis política desses quadros impôs-se como referência com importância estratégica.

---

<sup>8</sup> Denominamos esquerda, aquelas forças sociais que postulam a supressão das classes sociais e a concomitante construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Os desdobramentos desse fenômeno são abrangentes, porém, chamamos a atenção para o que consideramos significativo.

Anteriormente já comentamos a tese da estatização impulsionada pelos quadros e não há necessidade de novos aportes ao observado.

Um segundo ponto digno de nota diz respeito à simbiose, também já referida, que se estabeleceu entre os quadros políticos e os trabalhadores. Combativos, os quadros se embrenharam no movimento, como comentamos, e logo ocuparam lugar de destaque. No momento em que foi necessário ao movimento erigir-se em controle da empresa, para o que era necessário criar na fábrica as instâncias do poder operário, os trabalhadores elegeram esses quadros para as mais altas funções diretivas, embora originariamente eles não fossem trabalhadores da empresa. Os quadros, por seu turno, aceitaram suas novas atribuições de dirigentes eleitos no âmbito do controle, posicionamento que é conseqüente com as inflexões intrínsecas às funções de direção da vanguarda operária, preconizadas por essa corrente política.

Há evidências eloqüentes de que a ascendência desses militantes sobre o coletivo de trabalhadores na CIPLA é muito forte. Preparados ideologicamente e com experiência política, não têm muita dificuldade em fazer prevalecer suas teses nas assembléias e demais instâncias de gestão, exercendo uma influência que Gramsci chamaria de *política, intelectual e moral*.

Essa práxis situa a CIPLA junto a uma das tendências de auto-administração por nós detectada na esfera do trabalho associado que em outra parte denominamos de *gestão de quadros* (VIEITEZ; DAL RI, 2001). No momento em que foi realizada esta pesquisa, a situação na CIPLA podia ser descrita como de vigência do controle operário democrático com gestão de quadros. Contudo, a influência política, intelectual e moral, ao ser acrescida dos atributos coercitivos que reveste qualquer função dirigente numa organização econômica, faz com que as funções *executivas*, nas quais sintomaticamente se situam os quadros, já apareçam em relativa tensão com o poder direto dos trabalhadores expresso pela assembléia geral.

Quem toma as decisões é o Serge. E depois tem os coordenadores também. Tem assembléias. É importante porque fica sabendo o que está acontecendo. Fala, levantam o braço. O Serge é quem manda mais porque ele passa para os coordenadores. A assembléia geral também decide. É tudo discutido na assembléia (TRABALHADOR 3, 2006).

Acho que os coordenadores mandam mais. Na assembléia já vem mais ou menos formulado. Não dá pra dizer, entretanto, que eles decidem porque nós elegemos eles. Eu dificilmente falo nas assembléias. Se tiver uma sugestão falo. Mas, normalmente eles vêm com coisas boas. É que a assembléia não é bem uma decisão, mais uma informação, prestação de contas do que se está fazendo. (TRABALHADOR 2, 2006).

Quem manda? Acho que é o Serge Goulart [...] não é patrão. Mas é o mais alto. Ele decide o que é, e o que não, mas é por votação. O Conselho Administrativo da Fábrica [...]. Foram eleitos no começo e continuam os mesmos. Eles [os quadros] apresentaram e o pessoal disse se concordava ou não com essas pessoas. Não houve eleição de renovação. Só se votou nas pessoas que queriam sair [...]. O pessoal é de tudo sim para o que o Serge diz. Fizemos sugestões, mas elas não sobem. Ou quando sobem são natimortos. Porque investir em sala se podemos estar comprando máquinas novas? É para massagear o ego. Pago cem para gente que não contribui no processo. Legitimidade, a fábrica é autogestionária [...]. Mas se fosse legitimamente autogestionária acredito que o poder decisório estaria mais desconcentrado. O nosso poder decisório está concentrado em pouquíssimas mãos, para não dizer em duas mãos. O Serge vem dois dias, manda não pede. Às vezes nem vem. Não compartilha as decisões. O poder de persuasão dele é muito forte (TRABALHADOR 1, 2006).

A visão de um dos dirigentes sobre a mesma questão é de que

A assembléia geral decide as diretrizes gerais em política e administração. Participa todo mundo. É ordinariamente trimestral. A fábrica pára para fazer assembléia. Teoricamente é o órgão soberano. Elege anualmente a comissão de fábrica. Não tem mandato de um ano é revogável a qualquer momento. Eles [os trabalhadores] sabem que é revogável a qualquer momento. Para solicitar não tem número. Já teve uma assembléia pedindo destituição. O sindicato que articulou. Mas deram com os burros *n'água*. Quase apanharam. Noventa e dois por cento aprovam a nossa direção. Todo ano faz-se a eleição. Geralmente passa com 85%. Até hoje só teve uma chapa. Na chapa tem [na atual comissão] 6 ou 7 de *O Trabalho*. Os demais não são de *O Trabalho*. Não há outras correntes. Aqui tem um fundador do PT [Partido dos Trabalhadores], mas não estão organizados. Na minha opinião, a assembléia geral é o poder. Decisões rápidas o CAF toma. Se tem decisões políticas rápidas o CAF toma (DIRIGENTE 2, 2006).

A gestão de quadros, que no início tem como base a sua hegemonia no âmbito do trabalhador coletivo, é parte constitutiva

freqüente das estruturas democráticas instituídas pelo trabalho associado. Entretanto, a gestão de quadros não está destituída de contradições. Em médio e longo prazo, se não houver contramedidas por parte dos próprios quadros ou do coletivo de trabalhadores visando garantir a supremacia real da gestão coletiva, esse segmento pode evoluir para uma *casta burocrática*. Neste caso, que pouco se diferenciará dos altos funcionários do capital, o que distorcerá irremediavelmente o controle democrático dos trabalhadores e poderá culminar, a qualquer momento, na reconversão do empreendimento ao capitalismo típico.

#### A FÁBRICA NA LUTA POLÍTICA

Quando os trabalhadores se juntam para engendrar um empreendimento de trabalho associado da estaca zero, temos um movimento de negação das relações de produção capitalistas. No entanto, quando os trabalhadores tratam de assumir o controle de uma fábrica, mesmo que falida e na iminência de encerrar suas atividades, muito raramente este processo deixa de passar por uma luta de classes mais ou menos franca envolvendo os trabalhadores, o patronato e o Estado. Porém, como se pode observar no Brasil, e em vários outros países da América Latina, o mais usual é que uma vez estabelecido o controle operário na empresa, a luta política não tenha continuidade ou se mantenha apenas em forma latente.

Diversamente, a CIPLA faz parte de um universo de empresas sob controle dos trabalhadores que, além de não interromper a luta também tratou de dar-lhe maior abrangência. Esta atitude se expressa em várias ações, das quais mencionamos as que seguem.

A CIPLA, juntamente com a Interfibra, Flaskô e Flakepet, está empenhada em criar no país um movimento pela ocupação de fábricas paradas, o qual se expressa por meio da consigna *fábrica parada é fábrica ocupada e fábrica ocupada é fábrica estatizada*.

Ao mesmo tempo, há um esforço para que esse movimento embrionário se articule com movimentos semelhantes em outros países da América Latina, o que levou a CIPLA a organizar em sua sede o *Encontro Pan-americano em defesa do emprego, dos direitos, da reforma agrária e do parque fabril*, nos dias 8, 9 e 10, de dezembro de 2006, em Joinville, Santa Catarina.

Por fim, a CIPLA tem uma posição de participação ativa na política, o que em certo sentido abarca o anteriormente dito, em vista

do que incentiva, ajuda e concede facilidades para que trabalhadores da empresa a representem em eventos ou lutas concretas do movimento operário e popular.

O MST ajudou a impedir a retirada das máquinas da CIPLA durante as lutas pela posse da fábrica. Companheiros da CIPLA estiveram presentes na marcha nacional realizada pelo MST. Vários companheiros das fábricas ocupadas participam da ocupação de terras. Aprendemos que sozinhos não derrotaremos os latifundiários, o capital está entrelaçado. O latifúndio é inimigo das fábricas ocupadas. É necessário unificar as lutas no campo e na cidade [...]. Devemos exigir do governo Lula a reforma agrária e a estatização das fábricas ocupadas. Precisamos deixar de lado nossas picuinhas na esquerda e unificar a luta em toda América Latina e no mundo (MST1, 2006).<sup>9</sup>

Tem vezes que se para a fábrica para que o pessoal vá. Quando é uma coisa pequena se faz um arrastão. Você tem que mandar duas pessoas da tua área. Mas ninguém que ir. Não, você tem que arrumar alguém. O sindicato dos motoristas em X está num impasse. Hoje à noite vamos lá ajudar o movimento deles. Vai um ônibus, etc. (TRABALHADOR 1, 2006).

Mas a adesão do pessoal está mais tranqüila. Até dois anos atrás para sair na rua, num movimento, a gente pisava até diferente. Agora acho mais natural. Participo das assembléias. Apoio a direção atual. Tem sempre uma minoria que não. Mas em geral apóia. Porque se não fosse a administração a empresa não estaria mais de pé. Quer dizer, sem movimento, política, já não funcionaria mais. (TRABALHADOR 4, 2006).

Essa impoção de luta da CIPLA é uma de suas contribuições mais interessantes. Ela expressa, também, uma das contribuições mais importantes dos seus quadros à organização do controle operário. Embora, provavelmente, a maior parte das unidades de trabalho associado não esteja envolvida na luta política do movimento operário e popular na América Latina, este envolvimento parece-nos desejável e mesmo imprescindível.

Há correntes organizadoras de trabalho associado que acreditam na superioridade natural deste e, decorrentemente, em sua expansão ilimitada pela via predominantemente econômica a expensas do capitalismo. Também é provável que a maioria das organizações de

---

<sup>9</sup> - Depoimento do representante do MST, colhido pelos pesquisadores no *Encontro Pan-americano em defesa do emprego, dos direitos, da reforma agrária e do parque fabril*.

trabalho associado constituídas acalente espontânea e intuitivamente esta mesma posição.

Este é um debate que não nos cabe realizar neste espaço. No entanto, a nossa hipótese é de que a expansão do trabalho associado para além de certas determinantes qualitativas e quantitativas apenas será possível no quadro mais geral de uma luta política pela transformação da ordem social. Por outro lado, esta mudança é uma precondição para se atacar os grandes problemas que afligem a humanidade e que, neste momento, se potencializam como o da energia, do meio ambiente, da desigualdade social crescente, dentre outros.

Encerramos estas linhas declarando o deplorável fato de que, depois de quatro anos de administração sob o controle dos trabalhadores, a CIPLA se encontra sob intervenção de autoridade do Estado. A intervenção foi deflagrada em 31 de maio de 2007, quando cento e cinquenta policiais federais fortemente armados tomaram a fábrica. Cerca de trinta pessoas que estavam mais diretamente envolvidas com a gestão da fábrica foram expulsas e um novo Conselho Administrativo, presidido pelo interventor, foi formado. Incontinentemente, as demais fábricas ocupadas, com o apoio de setores do movimento operário e popular, do país e do exterior, abriram uma luta de resistência contra mais essa violência do Estado burguês contra os trabalhadores.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. The CIPLA, plastic industry, under workers' control. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v. 8, n.1/2, Já.-Jun./Jul.-Dez., p. 173-186, 2007.

#### REFERÊNCIAS

VIEITEZ, C.G.; DAL RI, N.M. *Trabalho associado*. Cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 151 p.